

ATAS

ATA n.º 19 (dezanove)

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, reuniu nas instalações do Centro de Atividades Bonny Stilwell, em Lisboa, no Largo da Ajuda, 18, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Lisboa, nos termos do artigo 23.º, número 1, dos Estatutos da Associação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto um – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano 2021.

Ponto dois – Informações.-----

A respetiva convocatória foi realizada nos termos dos números 1 a 5, do artigo 23.º dos referidos Estatutos, com publicação no Jornal de Notícias e Correio da Manhã a 28/03/2022 (anexos 1 e 2), para além da divulgação através dos meios informáticos habitualmente usados como fonte de comunicação com os Associados.-----

Não havendo o número de associados suficiente para o regular funcionamento desta Assembleia à hora marcada, deu-se início à reunião pelas dezoito horas e trinta minutos, nos termos do artigo 24.º, número 1 dos Estatutos, com 21 presenças e 1 delegação de representação, num total de 22 associados.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, o associado João Alberto Santos Pavão Nunes apresentou as boas-vindas aos presentes, passando a ler a convocatória de 31 de março de 2022 aos associados presentes para aprovação. Não havendo qualquer intervenção, a convocatória foi aprovada por unanimidade. Estiveram também presentes as associadas Maria Antonieta Tomaz da Fonseca, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, e Maria Isabel Macedo da Silva Bento, Secretária da Mesa da Assembleia.-----

Foi concedida a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, para apresentação do Relatório de Atividades 2021, o qual delegou essa mesma apresentação no Vogal da Direção, o associado Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto, que se referiu ao ano 2021 como tendo sido um ano ainda diferente. Destacou a progressiva normalização das atividades e o acompanhamento prestado aos utentes/clientes, o que permitiu a gradual recuperação na perceção da qualidade de vida e do grau de satisfação após os períodos de confinamento. A Direção continua preocupada com a qualidade das instalações, sendo um fator importante a ter em consideração, dada a antiguidade da Instituição, que celebra este ano os 60 anos. A agenda de gestão mantém esta preocupação, dando-se continuidade a algum tipo de obras, mas sentindo-se a desilusão da candidatura ao Programa Pares no final do ano 2020, após a resolução do contrato de cedência das instalações pelo Ministério das Finanças, e de todo o esforço realizado, após várias questões do processo, tendo sido invocadas razões que não se compreendem. Como exemplo, referiu o Vogal da Direção, que a nossa candidatura terá sido avaliada à luz de legislação entrada em vigor posteriormente à apresentação dessa candidatura



ATAS

e, em consequência, foi inviabilizada a aprovação da mesma, com o fundamento de que não cumpria os requisitos previstos nessa posterior legislação. Assim sendo, a expectativa de se conseguir a recuperação das instalações através de financiamentos públicos é muito remota, tal como no caso do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, apesar de se continuar a procurar várias possibilidades. Acrescentou que caso venha a acontecer a opção de venda de ativos, tal como o que aconteceu recentemente com a Sede da APPACDM de Lisboa, será sempre um assunto a apresentar em Assembleia Geral, se for necessário recorrer a esse autofinanciamento. E finalizou esta questão, comunicando que as várias estruturas têm que ser requalificadas, pois todas apresentam limitações, mesmo as mais recentes.-----

Reiterou que outro motivo de preocupação da Direção é a questão de regularização dos contratos, pois a maioria das estruturas não é propriedade da Associação. Sem haver um instrumento jurídico de permissão de utilização por vinte anos, torna-se complicado qualquer tipo de candidatura, dando como exemplo, o pedido de agosto de 2021 em relação à regularização do contrato do Centro Júlia Moreira, ainda ter tido resposta pela Administração Pública. Por isso, se partilha esta experiência da atual visão do Estado, cada vez mais regulamentar e menos humanizada, nas próprias visitas de acompanhamento da Segurança Social. No que diz respeito ao Lar das Pedralvas, o espaço é partilhado com a CEDEMA, mas já foi dado um passo no sentido de se conseguir o direito de superfície, através de protocolo com a CEDEMA cuja formalização por parte daquela se aguarda. Mas na Quinta dos Inglesinhos, a situação é mais frágil, pois o contrato é anual, o que confere pouca estabilidade à Associação. Houve a possibilidade com a CMA de cedência de um espaço, mas essa intenção ainda é muito remota.-----

Para além destas questões, o Vogal da Direção referiu que a Associação acusa o peso da idade, em relação também ao tipo de atendimento que os utentes/clientes necessitam, uma vez que há crescentes desafios de saúde, sendo essa a tendência, que exige muita dedicação dos trabalhadores e custos associados à contratação de pessoal médico e de enfermagem, para além dos acordos existentes com a Segurança Social. Como tal, deverá pensar-se em respostas sociais diferentes e com acordos mais adequados. -----

O Vogal da Direção adiantou que também as próprias famílias têm tido um contributo importante para satisfação das necessidades e comunicou que seria importante conseguir sensibilizar o poder central para os aspetos comuns a todas as instituições sociais.-----

O Vogal da Direção referiu que o ano transato teve um resultado menos negativo do que o exercício anterior, o qual tinha tido o impacto da venda do andar, com um efeito positivo de cerca de 950.000 euros. Este ano de 2021 teve um resultado de cerca de 44.000 euros negativos. Informou que também houve um crescimento de cerca de 3% das receitas, enquanto os custos foram de pouco mais de 2%, o que permite apresentar contas saudáveis e fazer um balanço sustentável, com números que proporcionam alguma segurança face ao

ATAS



futuro.-----

Como última palavra, este representante da Direção da APPACDM de Lisboa relembrou o problema de cariz nacional em relação à participação e disponibilidade para o associativismo, pois há cada vez menos pessoas para exercer funções nos órgãos sociais e para honrar o compromisso dos fundadores. Lembrou que o mandato desta Direção está a mais de meio e que se espera uma maior participação dos associados para solucionar estas questões e outras, no futuro.-----

Finalizou, disponibilizando-se para responder a quaisquer dúvidas e também informou que os outros membros da Direção poderiam intervir.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia felicitou a qualidade do formato do relatório e perguntou se algum participante gostaria de colocar alguma questão, passando a palavra ao Presidente da Direção, que reiterou as dificuldades com o património, sendo que esta Direção e outras anteriores lideradas por si próprio, tem defendido que as verbas de venda do património devem ser sempre exclusivamente para a recuperação de imóveis, princípio que fez incluir nos estatutos. Recordou aos presentes que o montante de 170.000 euros da venda do edifício sito na Rua Barão Sabrosa foi afeto à construção da nova Sede, incorporada numa estrutura que já existia, para poupança de custos. Como tal, no futuro - mantendo-se a falta de apoio público ao investimento - poderá haver necessidade de serem utilizados fundos na recuperação do património, pois é urgente e não há quaisquer expectativas de obter tais financiamentos públicos. O Presidente da Direção referiu que se fala muito das possibilidades de financiamento para residências assistidas e residências autónomas, mas isso não se aplica à realidade dos utentes/clientes da APPACDM de Lisboa.-----

O Presidente da Direção continuou referindo que o ano terminou com um resultado negativo, mas favorável face à conjuntura, nomeadamente pelo aumento de custos decorrentes da pandemia. Comunicou que decisões menos populares tomadas pela Direção tiveram de ser aplicadas, para equilíbrio das contas da Associação, entre as quais, a suspensão da compensação em dias adicionais de descanso pela avaliação do desempenho em 2021, com impacto na motivação dos trabalhadores. Mais referiu que estas medidas foram explicadas pelo próprio Presidente da Direção em reuniões em todos os Centros, e decorreram dos efeitos do COVID-19.-----

Finalizou referindo-se ao aumento do custo dos combustíveis e a outros aspetos económicos, que também fazem a Direção olhar para o futuro com precaução. A lei define o modelo de governo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), nomeadamente que a Direção seja constituída maioritariamente por não trabalhadores, mas sendo imprescindível a presença destes profissionais para encontrar soluções, reconhecendo o seu grande sentido de compromisso. As necessidades crescentes de cumprir a legislação e as exigências de acompanhamento obrigam a dificuldades crescentes para encontrar pessoas disponíveis para

ATAS

futuros mandatos, pelo que o Presidente da Direção desafiou os associados para encontrar soluções, comunicando formalmente esta preocupação. -----

Lembrou que têm sido os trabalhadores a sentir este tipo de preocupação e não tanto os pais/familiares, os quais podem ir sendo estimulados a participar no modelo de gestão. Acrescentou, ainda, que eventualmente, a figura de um Diretor Central ou de um Gestor profissional, exigiria recursos financeiros para o respetivo pagamento. Mas se essa solução fosse encontrada, isso nunca substituiria a existência da Direção. Por conseguinte, todas estas questões devem ser analisadas por parte dos associados, concluindo a sua exposição.

O Presidente da Mesa perguntou se havia questões e a associada Inês Larcher Gonçalves Rosa interveio, partilhando a experiência que conhece da gestão dos estabelecimentos escolares, sugerindo a realização de Assembleias Gerais por meios virtuais, ao que o Presidente da Direção referiu que a experiência da APPACDM de Lisboa em situações anteriores, foi muito similar ao número de participantes em reuniões presenciais. Comunicou que até ao final do ano presente, poderá haver alguma iniciativa de convidar associados a reunir, para se verificar disponibilidades, mas também foram desafiados todos os presentes a identificar pessoas que possam ser elegíveis.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, o associado António P. de Almeida Veloso Cortesão, para apresentar o parecer do Conselho Fiscal, que passou a ler integralmente o texto que está incluído na página 71 do Relatório de Atividades de 2021. Face ao exposto, sendo o parecer favorável, a proposta de aprovação pela Assembleia Geral das Contas da Associação foi apresentada. O Presidente do Conselho Fiscal também se referiu à necessidade dos pais/familiares participarem mais e trazerem valor acrescentado, para além do esforço dos trabalhadores. Também se referiu ao Boletim Mais, com a qualidade expressa dos serviços que são prestados e que pode abrir à reflexão das pessoas que fazem parte desta instituição.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou também sobre o parecer do Revisor Oficial de Contas, mas antes de colocar à apreciação, comunicou o falecimento do associado Agostinho Colaço, anterior trabalhador da Associação e também pai de um utente/cliente da Ajuda com trissomia 21, sendo de uma família de São Miguel, que se viu confrontado com a falta de respostas, optando por vir viver para Lisboa e tendo encontrado a nossa Associação. Também a filha do associado Agostinho Colaço, a associada Maria Helena Andrade Colaço pertenceu aos órgãos sociais da APPACDM de Lisboa. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou que foi com muito pesar que tomou conhecimento do falecimento, sugerindo uma nota de condolências a transmitir aos familiares. O voto de pesar pelo falecimento foi aprovado por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa prosseguiu, referindo-se à necessidade de haver soluções para o facto de estarmos todos a envelhecer, quer a Instituição, quer as instalações, quer os trabalhadores,

ATAS



quer os utentes/clientes. E informou que a necessidade do apoio a prestar é cada vez maior, não havendo condições para se prestarem todos os serviços adequados. Continuou referindo que as entidades promovem a capacitação para a inclusão, mas não se vê preocupação dos legisladores para entender que nem todos os utentes/clientes têm capacidade para atingir essa inclusão tão desejada, inviabilizando a sua aplicação prática. Comunicou que a APPACDM de Lisboa tem uma base sólida com muitos anos, mas agora a construção é cada vez mais difícil. Em termos internacionais ou comunitários (União Europeia), o Presidente da Mesa referiu que constata que na maioria dos países a evolução tem sido mais amadurecida, com um crescimento gradual, quando em Portugal os passos a dar são demasiado exigentes por desfasados da realidade. Continuou, referindo que as entidades estatais não estão preparadas para o aumento dos custos deste tipo de instituições e que a aplicação da legislação é imediata, pelo que as implicações podem ser desastrosas se não houver uma maior mobilização por parte de todos os intervenientes no setor social.-----

Deu como exemplo, a votação do seu filho, maior acompanhado, numas eleições, para exercer o seu direito/dever nacional. Relativamente à questão dos órgãos sociais, na instituição onde está atualmente o filho, uma congénere da APPACDM de Lisboa, a CerciOeiras, há também uma situação muito recente de não existirem alternativas para dar continuidade. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia fez suas as palavras do Presidente da Direção, dizendo que estamos todos a envelhecer e os filhos (utentes/clientes) necessitarão de cuidados diferentes. Também recordou que o modelo de governo das instituições irá passar pelos próprios trabalhadores com capacidade técnica, conhecimento prático e empatia complementar que é estabelecida com estes cidadãos, com toda a dedicação e amor que é prestado. Concluiu este tema, referindo que pensa que o futuro estará na fidelização destas pessoas. -----

Quanto à sugestão das reuniões por Zoom, tem participado em muitas reuniões desta forma, havendo também fracos resultados. Acrescentou que também aproveitava para dar conhecimento de que não continuará em qualquer dos órgãos sociais, por falta de disponibilidade.-----

O Presidente da Direção voltou a pedir a palavra, para comunicar o falecimento recente da utente/cliente Madalena Brandão de Mello, vítima de doença prolongada, das Casas de Alapraia. Também em relação a esta situação, foi votado por unanimidade um voto de pesar, a ser registado em ata e a comunicar aos familiares.-----

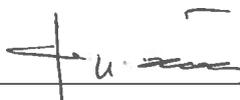
O Presidente da Mesa da Assembleia apresentou os parabéns à Direção pela imagem positiva que a APPACDM de Lisboa tem vindo a transmitir nas redes sociais, com várias divulgações e reiterou que lhe agradou muito o formato diferente do relatório, com esta retrospectiva das atividades, felicitando todos os participantes da Associação por este facto.-----

ATAS

Colocando o Relatório de Atividades e Contas do ano 2021 à apreciação, não houve votos contra, nem abstenções, pelo que foi aprovado por unanimidade e passou-se ao ponto dois, de Informações.-----

Não havendo nada a comunicar, deram-se por encerrados os trabalhos às 19h37. -----

Registadas as Notas de Pesar pelo falecimento do associado Agostinho Colaço e pelo falecimento da utente/cliente Madalena Mello. -----

Presidente 

Vice-presidente Maria Antónia Sousa de Sousa

Secretária Maria Isabel Madalena de Sousa